

**CONHECIMENTO, ESTRATÉGIA E TERRITÓRIOS - UM OLHAR A PARTIR DA
OBRA “REGIÃO E DESTINO TURÍSTICO”**

**KNOWLEDGE, STRATEGY AND TERRITORIES - A LOOK FROM THE WORK
“REGION AND TOURIST DESTINATION”**

**CONOCIMIENTO, ESTRATEGIA Y TERRITORIOS - UNA MIRADA DESDE LA OBRA
“REGIÓN Y DESTINO TURÍSTICO”**

Otávia Xavier Barbosa

Mestranda em Geografia (PPGEO/Campus Cora Coralina) da
Universidade Estadual de Goiás
otaviabarbosa@gmail.com

Jairo Alves Leite

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Território e Expressões Culturais no Cerrado
(TECCER/Anápolis) da Universidade Estadual de Goiás
institutojanmagalinski@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o livro Região e Destino Turístico. Este trabalho permite ao leitor mergulhar e viajar num mundo de preservação e ressignificação das práticas sociais. Com isso é possível, a partir dos territórios estudados, compreender as conquistas, perdas e demandas que acompanham a história dos povos. Consideramos um trabalho interessante. Diante disso, constatamos que a obra analisada nos leva a participar e viajar num modo de vida turístico contemporâneo, o que a torna um objeto de grande contributo à ciência e ao conhecimento geográfico, bem como para as áreas afins. São ressaltados importantes contributos para o mundo acadêmico, bem como aos sujeitos e atores locais, às políticas públicas e demais organizações envolvidas com as atividades ligadas ao turismo.

Palavras-chave: Práticas Sociais; Turismo; Gestão; Estratégia.

Abstract: This article aims to present an analysis of the book Region and Tourist Destination. This work allows the reader to understand and travel in a world of preservation and redefinition of social practices. Hence, it is possible, from the studied territories, to understand the achievements, losses and demands that accompany the story of the people. We consider it as an interesting work. Thereof, we determine that the analyzed book leads us to participate and travel in a contemporary peasant way of life, which makes it a great contribution object to science and geographical knowledge, as well as to the related fields. Important contributions to the academic world are highlighted, as well as the subjects and local actors, public policies and other organizations involved in activities related to tourism.

Keywords: Social Practices; Tourism; Management; Strategy.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar un análisis sobre el libro Región y Destino Turístico. Este trabajo permite al lector bucear y viajar en un mundo de preservación y replanteamiento de prácticas sociales. Con esto es posible, desde los territorios estudiados, comprender las conquistas, pérdidas y demandas que acompañan la historia de los pueblos. Lo consideramos un trabajo interesante. Por tanto, encontramos que el trabajo analizado nos lleva a participar y viajar en una forma de vida turística contemporánea, lo que lo convierte en un objeto de gran aporte a la ciencia y al conocimiento geográfico, así como a áreas afines. Se destacan importantes aportes al mundo académico, así como a sujetos y actores locales, políticas públicas y otras organizaciones involucradas con actividades relacionadas con el turismo.

Keywords: Prácticas sociales; Turismo; Administración; Estrategia.

Introdução

Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na Geografia dos lugares (Figura 1) é a obra produzida por Jean Carlos Vieira Santos, professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG – Câmpus Caldas Novas). Este trabalho foi publicado pela Allprint Editora (São Paulo) e aborda as seguintes temáticas: categoria de análise geográfica região (1º capítulo); por outras vertentes da categoria região – o destino turístico (2º capítulo); experiência da política de estado na organização da atividade turística – o caso Algarve (3º capítulo); e criação de novos destinos turísticos no Brasil – o caso do estado de Goiás (4º capítulo). De acordo com Ghizzo e Ribeiro (2014, p. 197):

Este livro trata das possibilidades de o turismo local e regional existir a partir das políticas públicas. O autor procura desvendar as várias lógicas dessas políticas no Brasil, principalmente a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Ele problematiza a valorização das diversidades regionais com a criação de regiões turísticas, trazendo para o debate comparativo os exemplos de Portugal, na Europa.

O livro apresentado neste artigo analisa a discussão acerca da categoria geográfica região desenvolvida na Tese “Políticas de Regionalização e Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano”. Mostrando a região a partir da descrição e nesse caminho procurando decifrar suas especificidades, conteúdos e densidades presentes nas relações, analisando o comportamento sociocultural, econômico e organizacional que utilizam os lugares e paisagens turísticas como espaço produtivo e da vida.

Pode-se dizer que o referido trabalho utiliza o método “analítico”, como proposta de reflexão teórica. Assim, Gil (1999) complementa ao discorrer que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida por meio de materiais já elaborados, cuja vantagem é a permissão de fonte de materiais para ser usados como referência, assim como o contato direto com o conteúdo. Segundo Brandão (2007, p. 12), por mais que um investigador possa utilizar de uma objetividade “[...] todo trabalho de produção do conhecimento se passa através de uma relação subjetiva. A pessoa que fala, fala para uma outra”.

Figura 1: Capa do Livro Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na Geografia dos lugares.



Fonte: Autores deste artigo, 2020.

Portanto, a discussão deste artigo fundamenta-se na gestão do território turístico, possibilitando uma aproximação científica entre as teorias dos projetos estatais de turismo e região, que dificilmente dispensará o enraizamento com a abordagem destino turístico. A partir desse percurso, definiram-se os tópicos a seguir, que contribuirão para enriquecer as discussões em torno de algumas “fissuras” existentes no turismo regional proposto pelo Estado e aquele que se estrutura regionalmente.

Categoria de análise geográfica: região

De acordo com Santos (2013), muitos são os critérios utilizados para regionalizar lugares, municípios e conteúdos diversos existentes no espaço. Nesse processo, considerando a região sob perspectiva da “Geografia Crítica e sob as Tendências Atuais”, ela está vinculada a um conjunto de lugares e compreendida como um meio de interação social.

É a partir dos lugares que se buscará compreender a região turística, pois entende-se que a regionalização ocorre de acordo com as peculiaridades dos lugares e não somente baseada nas proposições e imposições estatais. No primeiro capítulo, aborda-se o:

[...] conceito da categoria geográfica região, com a finalidade de resgatar, discutir e compreender esse conceito e a sua aplicabilidade para a produção do espaço e a organização da atividade turística, seja por meio do Estado ou da sociedade civil. Pode-se dizer, então, que o autor segue a noção de região para entender como o Estado, a partir desse conceito, se torna agente da regionalização, organizando, desorganizando e rearranjando os mapas regionais, fundamentado no sistema de mercado atual para mostrar como o espaço se reproduz de forma desigual (GHIZZO; RIBEIRO, 2014, p. 198).

Na obra, outros conceitos e definições abrangem a designação de turismo, como só aquelas situações e atividades que proporcionam prazer e diversão a quem vem de fora, algumas incluem nela uma vastidão de situações diversificadas e ligadas entre si por elementos comuns. Adotam-se definições na tentativa de marcar terreno ou posição. Para entender o conceito de turismo na perspectiva regional, o livro de Jean Carlos Vieira Santos:

[...] demanda uma incansável busca por um olhar espacial mais abrangente, frisando os elementos enunciados, as abordagens teóricas complexas e os diferentes caminhos de análise. Defende-se, pois, a ideia de que a região turística pode ser compreendida a partir dos conjuntos de “lugares” onde os visitantes se fazem presentes. Todo território em que houver a presença do turista, ainda que solitário ou aventureiro, pode ser considerado um lugar apropriado para a prática social do turismo. Dessa forma, o visitante é quem diferencia a região turística de outras regiões (GHIZZO; RIBEIRO, 2014, p. 198).

Nesse debate, concluindo o primeiro capítulo, pode-se afirmar que os projetos estatais, as empresas e demais organizações propõem a regionalização a partir de um conjunto de lugares turísticos, uma expressão utilizada tanto para se referir aos lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos.

O lugar turístico apropriado pelas políticas de turismo corresponde àquela porção do espaço geográfico cuja produção está sendo determinada por uma participação mais significativa das atividades e relações turísticas. Os meios de hospedagens e as infraestruturas de lazer são objetos característicos de lugares turísticos, cabendo ressaltar, no entanto, que esses não são suficientes para definir a presença da atividade de uso exclusivo do turismo.

Por outras vertentes da categoria região: o destino turístico

O objetivo principal do segundo capítulo é trazer uma abordagem teórica, com foco no conceito destino turístico. Nesse contexto, apresentam-se os lugares frequentados por turistas

e os vários elementos socioespaciais e culturais com suas diferentes formas de usos e apropriações, “mas sem esquecer que nem toda localidade congrega atrativos suficientes para se desenvolver como destino de recepção, dependendo, por vezes, de se trabalhar com os existentes em seu entorno”. (GHIZZO; RIBEIRO, 2014, p. 198). Por conseguinte, desenvolve-se uma análise:

[...] centrada no conceito destino, pois, assim como a região turística, o destino também pode ser associado a diferentes lugares com meios de hospedagem, infraestruturas de serviços voltados para o lazer e turismo, produtos exóticos desejados por turistas, patrimônios materiais e imateriais, enfim, atrativos culturais e naturais valorizados economicamente pela atividade. Neste trabalho de cunho geográfico, tal discussão vem ampliar e intensificar o debate sobre a interação da categoria de análise região com o conceito de “destino turístico” (GHIZZO; RIBEIRO, 2014, p. 198).

De acordo com o autor, a região, a área ou o espaço definido como destino, para a Geografia, não perde a sua dimensão espacial humana. É também um espaço fundamental à vida dos homens e onde ocorrem as sensibilizações e sociabilidades dos sujeitos, por meio de práticas cotidianas, redes sociais “diversas e formas de vidas que são componentes primordiais no ordenamento regional, uma vez que os destinos turísticos se organizam de acordo com as infraestruturas e os atrativos turísticos oferecidos pelos lugares” (GHIZZO; RIBEIRO, 2014, p. 198-199).

Nessa vertente surge a preocupação no que concerne à gestão dos destinos e ao monitoramento permanente, aportando no modelo de Gunn (2002) com suas principais partes geográficas de uma região turística. É uma relevante contribuição da obra, pois destaca que as competências turísticas se relacionam com a ordenação local dos territórios e a criação de infraestruturas e “equipamentos turísticos, em que há a concessão de licenças e alvarás de construção, com a propriedade e proteção dos atrativos naturais e patrimoniais, a promoção dos lugares, a autoridade inspetora e a criação de impostos especiais” (GHIZZO; RIBEIRO, 2014, p. 199).

Experiência da política de estado na organização das atividades turísticas: experiências e o caso Algarve em Portugal

No terceiro capítulo, compreende-se como as políticas públicas de Portugal agem no processo de regionalização dos lugares turísticos. Vale ressaltar que é de responsabilidade do poder central assegurar um quadro descentralizado de atuação no âmbito do turismo, com o

envolvimento das Câmaras Municipais, dos “Órgãos Regionais e Locais do Turismo” e das Direções Regionais do Ministério da Economia, em plena consonância com o previsto nas várias leis que regem a participação dessas entidades no âmbito das atividades turísticas (GHIZZO; RIBEIRO, 2014, p. 199). Como estudo de caso, o livro apresenta:

[...] a região Algarve no sul de Portugal, um destino turístico maduro, uma região secular, com espaços e heranças deixadas por diversos povos, com suas formas e materialidades distintas ao longo dos tempos. Entre as civilizações mais antigas, destacam-se os romanos e os árabes, sendo os últimos responsáveis pelo nome regional Algarve, cuja denominação *Al-Gharb* significa Ocidente. Outro fator na construção espacial é que somente em meados do século XIII essas terras foram incorporadas a Portugal, constituindo a última fronteira continental a ser absorvida pelo país (GHIZZO; RIBEIRO, 2014, p. 199).

Nesse capítulo, Santos (2013) considera que as políticas públicas têm uma influência sobre a evolução do turismo regional, estabelecendo redes e estreitando relações entre os sujeitos público-privados e a comunidade local, caso observado no território português. As ações estatais, nesses lugares, são relevantes para identificar a existência de atrativos que satisfaçam as necessidades do mercado turístico, bem como desenvolver e planejar a inclusão de infraestrutura e serviços que facilitem a chegada de visitantes, reduzindo as fronteiras físicas e administrativas que, se pensadas de modo desarticulado, podem dificultar o fortalecimento do destino ou dos produtos turísticos encontrados nos conjuntos de lugares.

Desse modo, o que se pôde compreender do exemplo português é que não basta o espaço, lugar ou região ter possibilidades para o fazer turismo, deve-se considerar o potencial turístico de acordo com políticas nacionais, estaduais e municipais para o setor. São indispensáveis programas e estratégias de uso da paisagem, evitando-se, porém, a degradação e a perda da densidade regional, devendo-se enfatizar a segurança, satisfação e condições necessárias à prática da atividade.

Criação de novos destinos turísticos no Brasil: o caso Estado de Goiás

Em seu quarto e último capítulo, a obra traz uma reflexão sobre a importância das políticas públicas de turismo no Brasil, que foram negligenciadas ao longo dos tempos, sobretudo por parte dos poderes públicos que tinham a responsabilidade de criá-las e implementá-las. Nesse processo é analisado o mandato do governo Lula, quando foi criado o Ministério do Turismo (MTUR). Nesse novo ordenamento proposto:

[...] pelo Ministério do Turismo, a obra traz como estudo de caso o estado de Goiás e as responsabilidades da Agência Goiás Turismo, sublinhando que o papel dessa agência goiana de turismo é trabalhar para aproximar os interesses turísticos, unindo os objetivos comuns dos governos federal, estadual e municipal, da iniciativa privada e de instituições que atuam na atividade turística (GHIZZO; RIBEIRO, 2014, p. 199-200).

Santos (2013) sublinha que recentemente as políticas públicas têm colocado frente às suas ações para o Estado de Goiás visando atender as necessidades do turismo, com o propósito de favorecer a criação de regiões turísticas, além de realizar o levantamento das potencialidades e promoções regionais.

Nesse contexto, chega-se especificamente ao Estado goiano, aparece a Goiás Turismo como órgão público central, responsável pela atual articulação, parceria e sensibilização dos diversos sujeitos no ordenamento espacial e pelo processo de regionalização do turismo na federação goiana.

Santos (2013) apresenta por meio de uma abordagem teórica, as transformações ocorridas nas organizações dos lugares de visitação e na estrutura do Estado de Goiás, priorizando as definições e execuções das políticas estatais de turismo ao longo do século XX, até a primeira década do século XXI, que passam a utilizar os conceitos de região para aplicar suas estratégias de presença e gestão dos espaços onde existe a atividade turística. No trabalho teórico empírico realizado na região goiana:

[...] o pesquisador constantemente indagou-se a respeito das políticas públicas, centralizando os seus estudos a respeito das ações e reações dos dirigentes locais. Também não deixou de analisar como os sujeitos interpretam as políticas governamentais e articulam estratégias visando captar parte dos recursos voltados para o turismo nesses espaços (GHIZZO; RIBEIRO, 2014, p. 200).

Historicamente, as políticas públicas de turismo em Goiás, anteriores a Goiás Turismo, tiveram repercussões animadoras a partir da década de 1960, motivadas pela criação da Embratur e do Plano Nacional do Turismo (PNT). Entretanto, somente no governo de Leonino Caiado (1970-1976) foram adotadas medidas para tornar o turismo um instrumento de desenvolvimento social e econômico. Naquele governo, foi criado o Departamento de Turismo (Detur) e pelo Decreto 188, de 19/07/1971, criou-se o grupo de trabalho de Turismo (GTT).

O objetivo do GTT era identificar as principais regiões goianas com potencialidades turísticas para uma posterior implantação do Sistema Estadual de Turismo. Consta no

relatório da Secretaria Estadual da Indústria e Comércio de Goiás, assinado pelo GTT (1971), que o Estado não possuía experiência técnica nem estrutura política e jurídica funcional no setor turístico, devendo, portanto, estreitar relações com a Embratur e espelhar-se nos demais Estados brasileiros, a fim de adquirir subsídios para a implementação de uma política de desenvolvimento do turismo (SANTOS, 2013).

De acordo com Santos (2013), sobre as vocações e potencialidades do turismo goiano, o Grupo de Trabalho de Turismo (GTT) limitou-se a recomendar a implementação do turismo nas regiões do Araguaia, Caldas Novas e nas cidades históricas de Goiás e Pirenópolis. Em 1972, o Detur transformou-se em Goiastur (Empresa Goiana de Turismo). A Goiastur possuía uma diretoria subordinada à Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, com uma superintendência de promoção de eventos e outra de operações com suas atribuições inerentes.

Ela contava ainda com um órgão consultivo, o Conselho Estadual de Turismo, e administrava o Centro de Convenções, recebendo recursos provenientes da locação do seu espaço físico. Na década de 1980, o governo de Ary Valadão (1979-1982) procurou dinamizar o turismo com estímulos à iniciativa privada, assumindo com empresários o compromisso de intensificar a divulgação nacional e internacional, elegendo as regiões do Araguaia, Caldas Novas, Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Formosa. A administração seguinte deu continuidade às ações com a assinatura do protocolo de intenção entre a Goiastur e Embratur.

Para a obra de Santos (2013), no ano de 1993, a atividade turística foi fortalecida, pois as políticas apoiaram-se na instituição estadual Goiastur, nas empresas privadas, Associação Brasileira dos Agentes de Viagens (Abav), Sindicato dos Empregados do Turismo (Sindetur), Sindicato dos Gerentes Empresariais do Turismo (SINGETUR) e Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (Sindhorbs). Nesses primeiros anos da década de 1990, o governo goiano ampliou a malha viária pavimentada em mais de 4.000 km e, no dia 19/04/1994, inaugurou o Centro de Convenções do Estado de Goiás, ações que possibilitaram a expansão da atividade turística.

Nessa década, consolidou-se uma maior atuação do Sebrae na promoção das atividades de turismo e foi criado o Projeto de Execução Descentralizada (PED), que instituiu polos de Ecoturismo no Estado. Conforme Almeida (2002, p.204), o projeto intitulado “Criação de Quatro Polos Indicadores de Desenvolvimento do Ecoturismo Microrregional”, o

PED desenvolveu-se em Goiás sob a égide do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), selecionando para esse projeto os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Pirenópolis, São Domingos e Três Ranchos.

Sintetizando esse processo histórico, em 11 de novembro de 1999, pela Lei 13.550 foi criada a AGETUR (Agência Goiana de Turismo), órgão responsável pela atual execução da política turística goiana e pela interlocução com o projeto de regionalização do turismo – roteiros do Brasil. O regulamento desse órgão foi aprovado pelo decreto número 5.862, de 17 de novembro de 2003, dando autonomia administrativa, financeira, patrimonial e jurisdicionada à Secretaria de Indústria e Comércio. A partir de 30 de maio de 2008, data da reforma administrativa goiana, a AGETUR adotou a nomenclatura Goiás Turismo (SANTOS, 2003).

Com vistas ao desenvolvimento do quarto capítulo do livro *Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na Geografia dos lugares* foi fundamental uma análise teórica ancorada nas obras de Almeida (2002), Gomes (2008), Coriolano (1998), Alvarenga (2006), Arrais (2004), Arrais (2007), Beni (2006) e Rodrigues (1999). Assim, compreende-se o tratamento dado ao turismo pelos projetos governamentais e suas implicações no surgimento de novos destinos turísticos, com a intenção de visualizar o que se discute, qual a realidade trabalhada e o que precisa ser identificado.

Considerações finais

Esta obra proporciona um importante contributo para o conhecimento turístico em torno da problemática da intervenção do Estado na definição de políticas públicas em contexto regional. Estamos assim em presença de um trabalho que, pela relevância do tema abordado, importa ser amplamente divulgado e discutido, sendo que as suas propostas devem ser objeto de atenção de todos os interessados no fenómeno turístico.

Para Jean Carlos Vieira Santos, a atividade turística representa uma alternativa socioeconômica, no âmbito da cidadania, de geração de emprego e fonte de renda, do desenvolvimento de base local, da promoção do desenvolvimento econômico e cultural nas bases local e regional, da conservação de recursos naturais, históricos e patrimoniais que contribuem para a criação e o desenvolvimento de produtos turísticos diversificados, respondendo a diversos tipos de motivações e a mercados cada vez mais alargados.

Este trabalho apresenta na sua abordagem teórica investigações desenvolvidas por um conjunto de pesquisadores articulados diretamente com as relações do turismo em diferentes territórios. Enfatiza que o turismo regional deve ser visto no futuro, no âmbito de um paradigma moderno de gestão e planejamento de pessoas. O livro é parte da tese de doutoramento e trata das possibilidades do turismo local e regional existir a partir das políticas públicas. O autor procura desvendar as várias lógicas dessas políticas, principalmente a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Problematiza a valorização das diversidades regionais com a criação de regiões turísticas.

É um livro importante, pois contribui com o conhecimento científico, gestores, agentes sociais e comunidades envolvidas com as questões e problemáticas da regionalização turística, pois a partir de uma abordagem teórica do conceito região, analisa e compreende as atuais mudanças das políticas de turismo nos lugares. Os estudos de casos e as análises da categoria região nos oportunizou entender a condição política e infraestrutural da gestão dos lugares e como o fenômeno turismo se manifesta nos diferentes espaços.

Em face às discussões apresentadas no livro *Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na Geografia dos lugares*, fica posta a necessidade de entender e analisar as políticas públicas de turismo internacional e nacional, focando na participação de diversos atores e gestores regionais e locais. Esses sujeitos, com ações diversas, visam integrar municípios, hospitalidades, cadeia produtiva, cultura, história, meio ambiente, ensino, recursos humanos e valores do destino entendidos como traços significativos e componentes da personalidade do lugar a ser visitado.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. Políticas de Turismo e Delineamento do Espaço Turístico Goiano. IN: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia (GO): IESA, 2002. P.197-222.

ALVARENGA, R. **Caminhos em um só destino Goiás** – estruturação dos destinos turísticos goianos. Goiânia: Independente, 2006.

ARRAIS, T. A. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia (GO): Editora Vieira, 2004.

_____. **A Região como uma Arena Política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano**. Goiânia (GO): Editora Vieira, 2007.

BENI, Mário C. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRANDÃO, Carlos R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Revista Sociedade e Cultura**, V. 10, n1, 11-27, 2007.

GHIZZO, Marcio R; RIBEIRO, Vitor H. Região e destino turístico (Resenha). In: **Revista Percurso – NEMO**. Maringá, v. 6, n. 2 , p. 197- 200, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Bruno, M. A. **Políticas Públicas e Transações em Regiões Turísticas**. São Paulo: ALL PRINT Editora, 2008.

GUNN, Clare A. **Tourism Planning: basics, concepts, cases**. (Fourth Edition). New York (USA): Routledge, 2002.

RODRIGUES, Ady B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, J. C. V. **Políticas de regionalização e criação de destinos turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano**. 2010. 367 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SANTOS, Jean Carlos Vieira. **Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na Geografia dos lugares**. São Paulo: Allprint, 2013.